

Brasil: condenado ao atraso?

JORNAL DE BRASIL

Marcus Vinicius Pratini de Moraes 20 JAN 1989

A elevação do padrão de vida tem sido a principal alavanca que move o avanço das economias modernas. Busca-se promover a justiça e o progresso social, associados aos avanços econômicos que devem possibilitar o crescimento da massa salarial, do poder de consumo — **renda per capita** — e da geração de novos empregos em harmonia com a busca constante da melhoria da qualidade de vida.

A década de 80 aproxima-se de seu final, balizada por esse rumo que levou os países em desenvolvimento a acelerarem seus processos de industrialização com a absorção permanente de novas tecnologias de produção. Uma exigência para manter e ampliar seus poderes de competir no acirrado mercado mundial. A maior abertura das economias modernas está calçada na necessidade de assegurar a continuidade do desenvolvimento que gera o processo e as condições sociais perseguidas.

O processo que caracterizou essa atitude nesses últimos anos não foi deflagrado apenas pela ampliação do grau de concorrência das nações recém-industrializadas. Ele é parte de uma estratégia para enfrentar o novo cenário que se forma nos horizontes do intercâmbio mundial.

A próxima década constituirá um marco de profundas alterações na estrutura de produção e do fluxo de mercadorias, bens e, sobretudo, serviços. A história registra, em alguns raros momentos, ciclos em que a humanidade parece fazer um giro de cento e oitenta graus sobre si mesma, para adentrar uma nova era. Essa é a figura apropriada para os anos 90 em termos de comércio mundial.

Os primeiros passos já foram dados: já não é simples esboço a criação dos megamercados representados pela formação dos blocos econômicos que derrubam as fronteiras entre si e erguem barreiras a produtos de terceiros mercados. Ao unificar-se, em 31 de dezembro de 1992, a Comunidade Econômica Européia ou Europa dos 12, que hoje absorve 25% das exportações brasileiras, deixará de importar, ampliando sua auto-suficiência, de 5 a 7% de

necessidades hoje supridas por nações extra-fronteiras. Uma grande e significativa fatia do bolo do comércio mundial a ser absorvida por 323 milhões de consumidores de elevado poder aquisitivo.

Os Estados Unidos, por sua vez, abrem suas fronteiras ao Canadá, através de um Pacto Comercial assegurado pela vitória do primeiro-ministro progressista canadense Brian Mulroney nas últimas eleições. Esse pacto significa que não haverá mais tarifas alfandegárias entre as duas nações do Norte.

Na Ásia, o Japão monta bases industriais na Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong para dedicar-se ao desenvolvimento de produtos e serviços da mais refinada tecnologia de ponta para manter o ritmo de sua economia, podendo incluir, na sua expansão, a Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, bases de penetração no grande mercado da China, cobiçado por todo o mundo.

Com a extroversão das economias centralizadas, a tendência do Leste Europeu deverá trilhar a mesma rota, na concepção de um socialismo pragmático para compensar o enorme atraso, resultado do tempo em que se fechou no caso da introversão.

Nesse contexto é que se insere a grande interrogação: onde estará o Brasil neste novo cenário mundial?

Deveríamos ter dado os primeiros passos em meados da década, mas acabamos retardando os investimentos produtivos na expectativa da consolidação da democracia em transição. O ano de 1988, com todos os indicadores da economia mundial favoráveis à retomada do crescimento, chegou ao seu final de forma melancólica, com o IBGE prevendo um crescimento negativo a partir da inesperada queda da produção industrial de novembro aos níveis de 7,1% em relação ao mesmo mês de 1987. O ano de 1989 precisa marcar a retomada do crescimento com redobrado vigor.

Se o Brasil não incorporar novas tecnologias aos seus produtos de exportação, numa célebre modernização de seu parque industrial com maior importação de máquinas e equipamentos, estaremos fadados a perder os espaços conquistados

no mercado mundial. Adentraremos uma nova etapa tecnológica, com novos padrões e escalas compatíveis de produção, na qual somente produtos com elevado padrão de qualidade agregada terão aceitação.

Não se pode mais falar em mão-de-obra barata. Durante muito tempo, o argumento para exportar manufaturados foi sustentado pela tese de que o País tinha matérias-primas e mão-de-obra abundantes e baratas. Esta tese está inteiramente superada. Mão-de-obra barata não é vantagem comparativa na exportação. Significa trabalhador mal pago, atraso, pobreza e baixa produtividade. O mundo moderno é regido por tecnologia, marketing, salários elevados e alta produtividade. Se quisermos ampliar as exportações precisamos colocar a indústria brasileira em patamares de eficiência e produtividade. E para isso é preciso importar.

A exportação tem sido a vigia mestra de sustentação da atividade econômica. Imprescindível não criar obstáculo à sua expansão, como a redução dos financiamentos do sistema Finex no desmonte orçamentário, a tributação de produtos semi-elaborados como o ICMS pelos Estados e outros que são gerados dentro de nossas próprias fronteiras, retirando o oxigênio dos empresários já asoberbados com a superação de numerosas barreiras externas.

Se não enfrentarmos com férrea vontade política e civilismo as condições adversas ao programa de modernização da economia, conferindo eficiência ao nosso poder de competir, estaremos condenados ao atraso, à mediocridade e à marginalidade, marchando na contramão da história contemporânea. E não teremos como justificar para as novas gerações deste País de jovens como o conformismo da classe dirigente freou nosso desenvolvimento, condenando o Brasil a mero satélite isolado dos blocos econômicos desenvolvidos e de sociedades prósperas.

□ Marcus Vinicius Pratini de Moraes é presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), ex-ministro da Indústria e Comércio e ex-deputado federal.